



## **Conselho Geral**

### **Ata número 34**

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência do professor José Carlos Sousa, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, com a presença dos membros que constam na folha de registo de presenças.

Da Ordem de Trabalhos constavam os seguintes pontos:

- 1 – Leitura, discussão e votação da ata número 33, do Conselho Geral, relativa à reunião de 16 de setembro.
- 2 – Análise e acompanhamento do desenvolvimento do projeto educativo do agrupamento de acordo com a alínea c) do Decreto-Lei nº.137/2012 de 2 de julho.
- 3- Análise, discussão e votação do plano anual de atividades do agrupamento, de acordo com a alínea e) do Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho.
- 4 – Apresentação da Fundação COI
- 5 – Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Geral iniciou os trabalhos dando algumas informações antes do cumprimento da Ordem de Trabalhos, referindo que foi feita a eleição do representante dos alunos, no dia trinta de setembro, tendo sido eleito o aluno, Ivan Santos, que frequenta a turma A, do nono ano. Referiu igualmente, os contatos estabelecidos com a ATEC, tendo em vista a substituição de um dos elementos da Comunidade Local, a Associação Empresarial do Vale do Alecrim, não tendo ainda conseguido obter qualquer resposta, visto que a pessoa responsável se encontra fora do país. A representante de Pais e Encarregados de Educação, Paula Reis, solicitou ao Sr. Presidente a apresentação de uma moção, a qual se encontra anexa a esta ata. A mesma foi lida, e após a sua leitura, os cinco representantes dos Pais e Encarregados de Educação

abandonaram a reunião, cessando de imediato a sua presença no Conselho Geral, conforme o teor da referida moção.

Dando início à Ordem de trabalhos, e no seu primeiro ponto - leitura, discussão e votação da ata número 33, do Conselho Geral, relativa à reunião de 16 de setembro, a mesma foi lida, discutida, votada e aprovada, com uma abstenção, dez votos a favor e nenhum voto contra.

De seguida passou-se ao ponto dois da Ordem de trabalhos - análise e acompanhamento do desenvolvimento do projeto educativo do agrupamento de acordo com a alínea c) do Decreto-Lei nº.137/2012 de 2 de julho.

O Presidente do Conselho Geral, José Carlos Sousa solicitou aos restantes conselheiros que se pronunciassem sobre o Relatório de Avaliação do Projeto Educativo do Agrupamento, elaborado pela secção de avaliação do Conselho Pedagógico.

A representante do ensino Pré-escolar, Margarida Costa referiu que o relatório carece de uma reflexão profunda, constatando-se, mesmo assim, que o Projeto Educativo do Agrupamento não está a atingir os objetivos a que se propõe. É um documento, que neste momento, não acrescenta nada de novo aos dados já conhecidos anteriormente, visto que se reportam ao final do ano letivo 2014/2015, tendo sido já analisados noutros momentos pelo Conselho Geral, mostrando-se surpreendida por esse facto.

De seguida, o Presidente do Conselho Geral questionou o representante dos alunos o porquê da indisciplina, nomeadamente, na Escola-Sede. O aluno Ivan Santos respondeu que considera, na sua perspetiva, que as condições e instalações da Escola são boas e que a indisciplina advém na sua grande parte dos pais/casa, aludindo à falta de acompanhamento e à permissividade/desresponsabilização das atitudes e comportamentos dos alunos por parte dos Pais e Encarregados de Educação.

A representante do primeiro ciclo, Maria da Conceição Henriques salientou,, que os resultados da indisciplina no 1º ciclo esbarram mais uma vez nos constrangimentos ao nível dos recursos humanos, visto que tudo aquilo que é apresentado pelo docentes deste ciclo, para o seu combate, nada é levado a cabo. Existindo por isso, mecanismos e atuações diferentes nos outros ciclos de ensino, onde estes dispõem dos recursos que ao 1º ciclo é vedado. Referiu ainda, que observa de ano para ano, uma diminuição crescente da autonomia dos alunos, limitando por isso o trabalho a desenvolver dentro da sala de aula.

A Diretora do Agrupamento, Guilhermina Ramos referiu uma proposta apresentada pela coordenadora do NACEPI, a professora Arlete Sequeira, a qual foi aprovada em Conselho Pedagógico, com o objetivo de reduzir a indisciplina, e de agilizar a atuação da Escola junto dos

Pais e Encarregados de Educação, permitindo também uma intervenção por parte do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO). É sua perceção, que desde o início das aulas e até ao momento, as situações de indisciplina têm vindo a diminuir, sendo ainda prematuro tirar uma conclusão mais concreta.

O Presidente do Conselho Geral acentua a falta de respostas para o combate da indisciplina no 1º ciclo, havendo essa constante incapacidade ao longo dos sucessivos anos letivos, encontrando-se bem patenteada nos relatórios de avaliação interna.

A representante do ensino Pré-escolar, Margarida Costa refere não haver uma política de prevenção da indisciplina, não vendo no Projeto Educativo do Agrupamento medidas de promoção à disciplina.

O representante do terceiro ciclo, Carlos Vilas referiu que, aquando da última avaliação externa do Agrupamento, há cerca de cinco/seis anos, e fazendo parte de um painel enquanto diretor de turma, já era referido a existência de indisciplina dos alunos provenientes do 1º ciclo e a degradação das atitudes e valores dos mesmos. Situação que certamente teria ficado registada no relatório final da referida Avaliação Externa. Acentuou, junto da Sr<sup>a</sup>. Diretora, a importância da implementação de mecanismos no combate à indisciplina no 1º ciclo, dotando assim, as escolas de condições para lidar com este problema, havendo para isso uma atuação o mais precoce possível.

A representante da Fundação COI, Inês Bento, partilhou uma experiência que conheceu numa escola do 1º ciclo de Alcântara, onde foi implementado um projeto denominado “Chegada ao Castelo”. Este, visava premiar os alunos que apresentassem comportamentos e atitudes adequados. Sempre que o aluno os apresentasse, subiria um degrau de uma escada que lhe daria acesso ao topo do castelo. Os que no final da semana tivessem subido mais na escada, eram premiados de diversas maneiras: tempo extra no intervalo, etc. Este projeto apresentou excelentes resultados, contribuindo para reduzir os fenómenos de indisciplina.

A representante do Pessoal Não Docente, Edite Branco referiu que os alunos provenientes do 1º ciclo, este ano letivo, denotam uma grande dificuldade em formar e respeitar a fila para a saída da Escola. Acrescido do facto, de quando são chamados à atenção para o cumprimento dessas regras, as ignoram,...“não ouvem”. Alguns Pais e Encarregados de Educação também não ajudam muito nesta tarefa, abordando por vezes as assistentes operacionais de serviço na portaria, questionando o porquê dos seus educandos terem de cumprir este procedimento. A este propósito, as representantes do primeiro ciclo, Maria da Conceição Henriques e Elisabete Lourenço demonstraram alguma surpresa pelo facto dos alunos não respeitarem a formação de uma fila à saída da escola, visto este ser um procedimento já adoptado nas suas escolas.

A representante do segundo ciclo, Rosária Arroja, tendo em conta a leitura dos resultados do relatório, acrescidos da observação já realizada pela população estudantil da Escola-Sede, receia que estes resultados poderão ser agravados.

O Presidente do Conselho Geral, José Carlos Sousa, num tom de conclusão deste ponto, unanimemente corroborado pelos restantes conselheiros, entende que em face da entrada tardia do Projeto Educativo, o Conselho Geral espera que em julho do próximo ano, exista um relatório mais consistente e objetivo sobre a implementação do Projeto Educativo do Agrupamento.

De seguida deu-se cumprimento ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos - análise, discussão e votação do plano anual de atividades do agrupamento, de acordo com a alínea e) do Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho.

O Presidente do Conselho Geral começou por ler uma declaração, por parte de um representante da Comunidade Local, a Enfermeira Vânia Luís, e dada a sua impossibilidade de comparecer à reunião, com algumas considerações e alterações ao Plano Anual de Atividade, que se transcreve: "...sugerimos duas alterações para que se torne mais clara a parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida, nomeadamente:

- a. Na área "*Educar para a Saúde*" lamentamos que, mais uma vez, não conste o Projeto "*E-STOP'S – Escolas Sem Tabaco, Olhando a Promoção da Saúde*", pois como será do V. conhecimento pela informação transmitida por nós em reuniões do CG anteriores, é um projeto que foi implementado no V. agrupamento e que abrange os alunos do 3º ciclo, acompanhando-os desde o 7º ao 9º ano e que teve início em 2013/2014. No presente ano letivo abrangerá as turmas de 8º e 9º anos. Para além de ter sido reconhecido a nível nacional pela Direção Geral da Saúde, foi também reconhecida a sua pertinência pelos professores envolvidos através da excelente colaboração demonstrada (e que é fundamental) e aos quais queremos deixar o nosso agradecimento. Aproveitamos para informar que os resultados deste projeto serão apresentados por nós no próximo Encontro do Grupo Regional do Programa de Prevenção e Controlo do Tabagismo da ARSLVT, no dia 27 de Novembro, no auditório do Centro de Histocompatibilidade Sul no Hospital Pulido Valente, no qual a V. Escola terá o devido reconhecimento.
- b. Consideramos ainda que a atividade nº5 "*Sessão de informação sobre Métodos Contracetivos*" integrada na área "*Formação*" deverá constar na área "*Educar para a Saúde*" pois é dirigida a alunos e é um tema na área da Educação Sexual. Lamentamos também que neste PAA não haja referência a atividades específicas no âmbito da Educação Sexual conforme legislação em vigor. Congratulamo-nos pelo facto de a atividade nº 11 "*A Caminho do 5º ano*" do ponto b) das "*Aprendizagens*", se manter pois a mesma teve início através de uma parceria com a Saúde Escolar e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, no âmbito do dia Internacional do

Enfermeiro, tendo sido um projeto na área da promoção da saúde mental que teve como finalidade promover a transição entre ciclos”.

A representante do Município, Idalina Polido, salientou que o Plano Anual de Atividades deve refletir aquilo que é o Projeto Educativo, devendo ter em conta a sua operacionalização, e daí achar que este Plano Anual de Atividades se encontra ferido quanto à sua forma. Em relação à sua estrutura, e reconhecendo que o documento já apresenta uma boa evolução em relação aos anteriores, ainda se encontra algo confusa, nomeadamente na existência da duplicação/repetição de atividades. Esta confusão, em parte, advém da dificuldade em entender o que são “Projetos” e “Atividades”, sendo que os segundos derivam dos primeiros. Apresentou como exemplo o projeto - “Regime de Fruta Escolar”, onde este é apresentado em vários momentos (categorias) de uma forma espartilhada, sendo os seus objetivos praticamente os mesmos em cada um desses momentos. No seu entender, o projeto deveria cingir-se apenas a uma categoria, descrevendo-se as diferentes atividades no desenvolvimento do mesmo.

A representante do primeiro ciclo, Dora Félix, salientou a implementação de diferentes atividades do mesmo projeto nas escolas do 1º ciclo. Havendo por isso uma especificidade de cada escola no desenvolvimento do projeto, daí resultarem atividades diferentes em cada escola.

O representante do terceiro ciclo, Carlos Vilas, completando a ideia da representante do primeiro ciclo, Dora Félix, referiu que, mesmo resultando do mesmo projeto, as atividades seriam diferentes, e desenvolvidas em escolas também diferentes, com populações-alvo diferentes. Daí resultarem numa repetição/duplicação, mas classificadas em categorias diferentes. Tendo feito parte da equipa de avaliação do cumprimento do Plano Anual de Atividades, no ano letivo transato, e tendo sido identificada uma dificuldade na avaliação da concretização de algumas atividades, onde não era muito perceptível se a atividade tinha sido concretizada parcialmente ou de todo, foi sugerido pela equipa de avaliação uma identificação mais clara e objetiva dos intervenientes em cada atividade, por forma a sua avaliação também o ser. Entende que esta estrutura facilitará a avaliação da concretização do conjunto de atividades do Plano Anual de Atividades.

A representante do ensino Pré-escolar, Margarida Costa, salienta, como ponto positivo do documento, a melhoria evidenciada do ponto de vista formal comparativamente aos anteriores. No entanto, menciona que fica por perceber qual o impacto que estas atividades terão nos alunos, nomeadamente nas áreas de intervenção prioritária do projeto educativo, designadamente na melhoria dos resultados escolares e na diminuição dos índices de indisciplina.

A representante do Município, Fernanda Rolo, complementou a anterior intervenção do Município referindo a possibilidade de uma comparticipação financeira, por aluno, no

desenvolvimento das atividades do projeto - “Regime de Fruta Escolar”, tendo ficado surpreendida quando observou que a grande maioria das atividades desse projeto apresentavam custo zero. Referiu ainda que no âmbito deste projeto, existe a obrigatoriedade da elaboração de um cartaz, promovendo o mesmo, e que esta atividade não é considerada no Plano, devendo ser integrada no ponto vinte e um, da categoria - “Abertura à Comunidade / Parcerias”. Em relação ao projeto - “Eu Participo”, é seu entendimento, que existe igualmente uma duplicação/repetição, aquando do assinalar deste na categoria - “Abertura à Comunidade / Parcerias” e simultaneamente numa outra atividade integrada na categoria - “Aprendizagens”, alínea c) Efemérides. É também seu entendimento que a atividade “Aprender a Jogar”, destinada aos primeiros e segundos anos, deveria estar incluída no projeto na categoria - “Dinâmicas Desportivas”, à semelhança do que acontece com o projeto - “Aprender a Nadar”, na categoria- “Abertura à Comunidade / Parcerias”, visto ser desenvolvida em parceria com o Desporto Descolar. A este respeito, o representante do terceiro ciclo, Carlos Vilas, referiu que era entendimento do Departamento de Educação Física, apenas incluir no Plano Anual de Atividades aquilo que era organizado diretamente pelo Departamento, dando como exemplo, o projeto dos “Jogos Desportivos Escolares”, que sendo um projeto com origem municipal, a operacionalização e organização das atividades é da responsabilidade das escolas intervenientes, daí ele constar do Plano, sendo o Agrupamento parte operacional e organizativa das atividades que constituem o Projeto. A representante do Município, Fernanda Rolo solicitou ainda uma correção ao nome de um projeto, mais concretamente, na página trinta e dois do Plano, onde se lê “Dançarte”, deve ler-se “Semana da Dança”.

Após as considerações e pedidos de correção ao Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2015/2016, o Presidente do Conselho Geral deu início à votação do mesmo, com uma abstenção e doze votos a favor.

Dando cumprimento ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos - Apresentação da Fundação COI, a referida Instituição fez a sua apresentação, dando a conhecer as suas diversas valências aos membros do Conselho Geral.

No quinto e último ponto da Ordem de Trabalhos - Outros Assuntos, não houve nada a registar.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho Geral, e por mim que a secretariei.

O Secretário

O Presidente do Conselho Geral